

LULISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA *ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO* (ASA BRASIL), 2003-2017

LULISMO Y MOVIMIENTOS SOCIALES: UNA REFLEXIÓN DESDE *LA ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO* (ASA BRASIL), 2003-2017

LULISM AND SOCIAL MOVEMENTS: A REFLECTION FROM THE *ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO* (ASA BRASIL), 2003-2017

Thiago Araujo Santos¹
thiagosantos.ufms@gmail.com

RESUMO: O propósito central deste artigo é a análise das implicações políticas resultantes da relação entre *lulismo* e movimentos sociais. Com base em dados obtidos através de trabalhos de campo, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, problematizaremos os efeitos do processo de pactuação de classes, fundamentado na manutenção da ordem e ampliação do acesso a políticas públicas para população de baixa renda, sob administração dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). A principal referência para esta reflexão é o Programa Cisternas, que viabiliza, desde 2003, a construção de reservatórios para captação de água da chuva, em regiões com déficit hídrico. Este programa é promovido pela Articulação no Semiárido (ASA Brasil), uma rede de mais de 3000 movimentos sociais e organizações ligadas ao campesinato brasileiro, em parceria com o governo federal.

Palavras-chave: Lulismo, Movimentos Sociais, Semiárido, Políticas Públicas.

ABSTRACT: The central purpose of this article is to analyze the political implications that result from the relationship between *lulism* and social movements. Based on data obtained through fieldwork, documentary research and semi-structured interviews, we will discuss the effects of the class pacts process, based on the maintenance of order and broadening access to public policies for the low-income population under the administration of the Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). The main reference for this reflection is the Programa Cisternas, which since 2003 has made it possible to construct reservoirs to collect rainwater (plate cisterns), which since 2003 has enabled the construction of reservoirs to collect rainwater (plate cisterns) in regions with water deficit. This program is promoted by Articulação no Semiárido (ASA Brasil), a network of more than 3000 social movements and organizations linked to the Brazilian peasantry, in partnership with the federal government.

Key words: Lulism, Social Movements, Semi-arid, Public policy.

¹ Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Três Lagoas. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço, Política e Ideologias (CNPq/UFMS).

RESUMEN: El propósito central de este artículo es el análisis de las implicaciones políticas resultantes de la relación entre *lulismo* y movimientos sociales. Con base en datos obtenidos a través de trabajos de campo, investigación documental y entrevistas semiestructuradas, problematizaremos los efectos del proceso de pactación de clases, fundamentado en el mantenimiento del orden y ampliación del acceso a políticas públicas para población de bajos ingresos, bajo administración de los gobiernos del gobierno, Partido de los Trabajadores (PT) (2003-2016). La principal referencia para esta reflexión es el Programa Cisternas, que viabiliza, desde 2003, la construcción de depósitos para captación de agua de lluvia, en regiones con déficit hídrico. Este programa es promovido por la Articulación en el Semiárido (ASA Brasil), una red de más de 3000 movimientos sociales y organizaciones ligadas al campesinado brasileño, en asociación con el gobierno federal.

Palabras clave: Lulismo, Movimientos Sociales, Semiárido, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) é uma organização formada por mais de 3.000 movimentos sociais, sindicatos, grupos de mulheres, grupos de jovens, pastorais religiosas, coletivos locais e regionais e outras organizações que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à população economicamente vulnerável do semiárido brasileiro.

O estreitamento dos vínculos entre a ASA e o Estado brasileiro, particularmente sob os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), apoiou-se num processo de pactuação de classes baseado na manutenção da ordem e ampliação do acesso a políticas públicas – arranjo político que passou a ser conhecido como *lulismo* (SINGER, 2009, p. 51-83). O objetivo deste trabalho é discutir os efeitos políticos e sociais do *lulismo* para os movimentos sociais atuantes no semiárido brasileiro e população de baixa renda, problematizando os limites e potencialidades resultantes da combinação entre um reformismo “pelo alto” e um “pacto conservador”.

A ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL)

Antes mesmo de ser constituída a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), em 1999, as organizações e movimentos sociais que a compõem já elaboravam estratégias voltadas à convivência com as adversidades que acompanham os períodos de estiagem no semiárido brasileiro, fortalecendo iniciativas locais e as difundindo.

As dificuldades de acesso à água potável no semiárido levaram os camponeses e assessores integrados à ASA a desenvolver, aprimorar e disseminar um conjunto amplo de

“tecnologias alternativas” que tem se mostrado de grande relevância social e viabilidade. Dentre estas tecnologias, a cisterna de placas (Fotos 1 e 2) está entre as mais conhecidas. Possuindo um baixo custo para sua construção e manutenção, a cisterna de placas possibilita a captação de água dos telhados das casas, em épocas de chuva, a partir da instalação de canos para o transporte da água que corre nas calhas e de um reservatório com capacidade de armazenamento de 16.000 litros de água. Esta tecnologia possibilita às famílias beneficiárias o acesso, em períodos de estiagem, à água limpa e de boa qualidade para o abastecimento doméstico, superando a necessidade das longas caminhadas para a busca desse bem natural.

Foto 1 - A construção da cisterna



Fonte: ASA Brasil

Foto 2 - A entrega da cisterna para a família beneficiada



Fonte: ASA Brasil

A disseminação da construção das cisternas, ação desenvolvida pela ASA, tornou-se uma política pública, a partir do ano de 2003, com o P1MC – *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais*. Este Programa é o resultado de uma parceria estabelecida com a ASA pelo governo federal, sob a gestão do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo como objetivo beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas, com renda de até meio salário mínimo por membro da

família, residentes permanentes na área rural e sem acesso ao sistema público de abastecimento de água.

A execução do P1MC é perpassada por um processo de formação, o Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), no qual se valoriza a participação das famílias beneficiadas e se incentiva a organização comunitária e a mobilização dos camponeses atendidos pelo programa (Fotos 3 e 4). Deste modo, além de viabilizar a construção de cisternas de placas, tecnologia de grande relevância para permitir a *convivência com o semiárido*, a ASA, a partir do P1MC, abre espaço também para o fortalecimento de processos descentralizados de organização e participação política por parte da população abarcada por suas ações.

Foto 3 - Dinâmica do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) - Comunidade Malhadinha, Jericó-PB



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Foto 4 - Roteiro de apresentação dos integrantes da ASA sobre o P1MC, no Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) - Comunidade Malhadinha, Jericó-PB



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Localizadas em uma região marcada por forte poder de grupos oligárquicos tradicionais, as ações de convivência com o semiárido buscam redefinir o lugar social dos camponeses, valorizando seus conhecimentos e práticas, estimulando processos associativos, troca de experiências, aquisição de conhecimentos técnicos, entre outras ações voltadas ao fortalecimento de sua posição como “sujeitos da própria história”, nos moldes da experiência dos movimentos sociais brasileiros dos fins dos anos 1970/1980 (DOIMO, 1984; SADER, 1988; SCHERER-WARREN e KRISCHE, 1987).

O LULISMO E A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A atuação da ASA – sua imersão em um complexo e contraditório jogo relacional com o Estado – transcende os limites desta relação em particular. Os enredamentos institucionais da ASA com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) ocorrem, mais fortemente, em um cenário de adensamento dos vínculos entre sociedade civil e Estado, sob uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas, configurando-se, como consequência, aquilo que Mirza (2006, p. 34) qualificou como “cidadania organizada”.

O primeiro Governo Lula (PT) – que demarca o momento a partir do qual os programas da ASA são convertidos em políticas públicas – representa um referencial importante na montagem deste cenário, que se prolongou em seu segundo mandato e sob o governo Dilma Rousseff. Marcado pela redefinição dos termos da relação dos movimentos sociais com a institucionalidade estatal, o quadro em foco suscita interpretações diversas e contraditórias quanto aos limites ou potencialidades advindas do contexto político-integrativo aos movimentos sociais. Neste contexto, o problema da autonomia dos movimentos sociais, de grande impulso nos anos 1970/1980, volta a alimentar amplas controvérsias político-teóricas no campo das ciências humanas.

Em famoso ensaio sobre o tema, referenciando-se nos dois mandatos do Governo Lula, o sociólogo Francisco de Oliveira (2010) elabora uma frutífera reflexão, apoiando-se no aporte teórico gramsciano como recurso interpretativo ao desvendamento da “esfinge lulista”. A tese do autor é a de que estamos diante de uma “hegemonia às avessas”, típica da era da globalização. Esta hegemonia *sui generis* se caracterizaria pela concessão, por parte das classes dominantes, da “direção moral” da sociedade para as classes dominadas, mantendo o “mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” (OLIVEIRA, 2010, p. 24). Segundo Oliveira, a longa “era da invenção” – período de emergência criativa de movimentos sociais brasileiros dos anos 1970 e 1980 – forneceu “a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política”. Sob os governos petistas, por outro lado, ocorre a

“despolitização da gestão da pobreza e desigualdade”, que passam a ser tratadas como “problemas de administração”. Com efeito,

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

O sociólogo argumenta que, escondida sob “conjunto de aparências” subjaz outra coisa “para a qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito” (OLIVEIRA, 2010, p. 26). Reivindicando a elaboração de Marx e Engels (2007), Oliveira explica que o consentimento sempre foi “o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte em ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança”. Sob o arranjo político-institucional analisado pelo autor, estamos em face de uma nova dominação: “os dominados realizam a ‘revolução moral’ [...] que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada”. Neste sentido, Oliveira conclui, definindo o caráter “avesso” da hegemonia em foco:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. É o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Compartilhando com Oliveira o esforço de compreensão dessa realidade, o cientista político André Singer apresenta importantes contribuições à problemática em análise. Este autor, qualificando o fenômeno do *lulismo*, observa que emerge no cenário brasileiro uma nova orientação ideológica, antes ausente do tabuleiro político nacional. Nas palavras de Singer (2009, p. 96), “o lulismo, ao executar o programa de *combate à desigualdade dentro da ordem*, confeccionou uma nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar”. Segundo o autor, aprofundando sua hipótese, os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB),

deixaram como legado um pacto com a burguesia que envolvia juros altos, liberdade de movimento dos capitais e contenção dos gastos públicos.

Diante disto, “a continuidade [no Governo Lula] do pacote ‘FHC’ foi posta pela burguesia como condição de não haver ‘guerra’ de classes e conseqüente risco de o governo ser acusado de destruir o Real²” (SINGER, 2009, p. 97). Incorporando tal legado, assumindo o pacto político nele contido, o ex-presidente petista “vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a ‘prudência de uma dona de casa’”. Contudo, nas palavras do autor, o “pulo do gato de Lula”, distinguindo-o de FHC, foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, “construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe*” (SINGER, 2009, p. 97). Neste sentido, o cientista político observa que, além de medidas de alcance geral,

[...] que propiciaram a ativação de setores antes inexistentes na economia (por exemplo, clínicas dentárias para a baixa renda), uma série de programas focalizados, como o *Luz para todos* (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido etc. favoreceram o setor de baixíssima renda (SINGER, 2009, p. 93).

O sociólogo Ruy Braga (2010), por sua vez, problematizando os efeitos politicamente regressivos da hegemonia lulista, efeitos estes decorrentes da absorção de forças sociais antagônicas no aparato estatal, apresenta uma hipótese segundo a qual estaríamos diante de uma “revolução passiva à brasileira”, recorrendo, pois, ao conceito gramsciano elaborado a partir da análise do *Risorgimento* italiano³. Para tal, Braga delimita a particularidade do Governo Lula, distinguindo-o, em certa medida, do matiz neoliberal de seu antecessor (FHC), “exatamente porque, no intuito de constituir certas margens de consentimento popular, ele [Lula] deveria responder a determinadas demandas represadas dos movimentos sociais” (BRAGA, 2010, p. 10). Para o autor,

² Neste ponto, Singer faz referência ao Plano Real – programa criado em 1994, por FHC, com o propósito de estabilizar a economia e controlar a inflação.

³ Trata-se do processo de unificação italiana, ocorrido entre 1815 e 1870, e que serviu de base para a reflexão gramsciana sobre as condições de expansão e desenvolvimento das forças internas nacionais, da formação de uma “nova burguesia” por meio de uma “revolução sem revolução”, uma “revolução passiva”, distinta da “revolução jacobina”, popular, realizada a partir “de baixo”.

[...] a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é, a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, ou seja, a incorporação de parte das exigências “dos de baixo”. Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças – progressistas (no caso do fordismo, analisado pelo genial sardo no *Caderno 22*) ou regressivas (no caso do fascismo) (BRAGA, 2010, p. 11).

A perspectiva apresentada pelo autor demanda a consideração da “dialética multifacetada e tensa”, constitutiva dos processos sociais em curso, exigindo a rejeição às categorizações antitéticas – portanto, não dialéticas – que reduzem os processos sociais ao par *autonomia versus cooptação*. Este, a nosso ver, é o grande desafio colocado para o equacionamento analítico da relação movimento social-Estado na contemporaneidade, particularmente sob as contradições engendradas nos governos *petistas*, problematizadas neste trabalho.

Diante deste quadro contraditório, com base nos argumentos acima elencados, consideramos pertinente apresentar duas questões fundamentais para esboçar alguns apontamentos conclusivos sobre o tema em foco: (1) seria a prática movimentalista (assumida pelos integrantes e movimentos sociais em geral, e da ASA em particular, em diversos momentos de sua atuação), uma mera *forma* (ou, como delimitou Marx, uma “aparência necessária”, ideológica, portanto) da presença do Estado que, em seu conteúdo, absorveria os movimentos, neutralizando-os em seu campo? Ou, ao contrário, (2) estaríamos diante de uma apropriação efetiva, por parte dos camponeses articulados pela ASA, de um novo espaço de luta (o Estado), sendo a conquista de recursos financeiros para a execução de projetos um ganho político concreto, ainda que parcial, podendo este ser convertido em potencial de transformação social e emancipação política?

A resposta a tal questionamento requer algumas considerações. O ajuste das organizações e movimentos aos padrões institucionais exigidos pelo Estado, sob o *lulismo*, é acompanhado pelo inevitável risco do “transformismo”, apontado por Francisco de Oliveira, em sua análise inspirada no conceito desenvolvido por Gramsci para a compreensão do *Risorgimento* italiano. Neste sentido, enquanto um aspecto da função de domínio, pelas elites, o transformismo implicaria na decaptação dos grupos inimigos e “sua

aniquilação por um período frequentemente muito longo” (GRAMSCI, 2002, p. 63). Assim, segundo a posição de Oliveira, ao absorver no Estado as esquerdas que, na longa “era da invenção” dos anos 1970/1980, alçaram a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política, a hegemonia lulista teria funcionalizado tais problemáticas, despolitizando-as e transformando-as numa questão administrativa, o que teria resultado no “seqüestro” das centrais sindicais e movimentos sociais e no seu desaparecimento da agenda política (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Cabe reiterar que o processo de enredamento das organizações e movimentos à lógica estatal, para a execução das políticas públicas, impôs ao seu quadro a inserção num novo campo de atuação, engendrando-se, como parte do processo emergente, amplas mudanças institucionais no seio da ASA, tornando-se esta uma organização plenamente adaptada ao pragmático contexto de execução de políticas públicas. A nosso ver, contudo, os compromissos institucionais que advêm deste movimento integrativo não anulam *per si* a reprodução dos códigos ético-políticos movimentistas (DOIMO, 1984, p. 48), observáveis nas ações cotidianas dos integrantes da ASA, mantendo-se, por isto, uma potencialidade política, ao menos *formal* (organizativa), para reivindicações emancipatórias mais amplas.

Ao mesmo tempo, estamos convencidos de que o reformismo “pelo alto”, levado adiante nos governos petistas, resultou, concretamente, na incorporação de parte das exigências dos “de baixo”. Por um lado, tendo em foco a realidade do semiárido, vale destacar a importância social das políticas executadas para populações economicamente carentes, particularmente como resultado da disseminação das tecnologias de captação hídrica (cisternas de produção de alimentos, cisterna de abastecimento doméstico e outras tecnologias). Viabilizando a reprodução de cisternas para quase 3 milhões de pessoas, antes dependentes de fontes precárias de abastecimento, em reservatórios que, somados, acumulam cerca de 9 bilhões de litros de água limpa, as ações de convivência com o semiárido municiam os camponeses para o enfrentamento do “drama da seca” de uma forma diametralmente distinta daquela que, até então, orientava as políticas oficiais dirigidas ao semiárido (ASA Brasil). Sob as ações de “convivência”, o acesso descentralizado à água potável, nos quintais das casas dos camponeses, através das cisternas e demais tecnologias, garante a sobrevivência da população sertaneja nos adversos tempos de estiagem,

redesenhando-se, como consequência, a própria representação da região, tão marcada pela calamidade e miséria do seu povo.

Diante disto, a nosso ver, considerar a incorporação pelo Estado de soluções concretas, voltadas ao suprimento de demandas sociais, na realidade em questão, enquanto uma ação política *unilateral*, isto é, como operação instrumental de cooptação de movimentos, pelo Estado, implica abdicar da própria realidade social, vivenciada por homens e mulheres reais, enquanto referência analítica, negando a própria dialética constitutiva dos processos em curso.

Por outro lado, em seu processo de constituição, através da mobilização de estratégias político-organizativas “herdadas” da “era da invenção”, nos anos 1970-1980, as organizações e movimentos sociais criam meios de reproduzir, no *conteúdo* de suas práticas, um conjunto de valores ético-políticos como aquele da autonomia – traduzidos em termos de conquista de direitos, alcance da cidadania, acesso a políticas públicas, etc. – operando-se, com efeito, nos interstícios da institucionalidade estatal. Como consequência, consideramos que, em meio a esta realidade prenhe de contradições, as organizações e movimentos sociais integrantes da ASA, forjando suas ações de convivência com o semiárido, estão promovendo formas de “socialização da política”, entre os camponeses, abrindo, mesmo que limitadamente, descontínuas brechas – espaços que podem ser ocupados pela subjetividade criadora, germe de novas iniciativas.

O GOLPE DE 2016 E A QUEBRA DO PACTO LULISTA

Os argumentos apresentados por Singer (2016, p. 21-55) sobre os acontecimentos políticos que resultaram no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sob liderança do PSDB e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 2016, endossariam a hipótese de que a virada para o segundo mandato de seu governo coincide com o fim do consentimento que sustentava, até então, a hegemonia *lulista*. O autor aponta para um movimento nas classes dominantes brasileiras, resultando no abandono da burguesia interna, industrial, do “ensaio desenvolvimentista” esboçado sob os governos petistas, particularmente no primeiro Governo Dilma⁴. A causa fundamental desse movimento seria

⁴ O “ensaio desenvolvimentista” expressaria uma nova coalizção de classes constituída pela distinção entre os empresários industriais e os capitalistas rentistas, conformando-se uma associação daqueles com os

algumas “escolhas antiliberais”, assumidas por Dilma, que evidenciariam uma “ousadia intervencionista” que inquietou setores mais profundamente vinculados ao capital financeiro.

Para o autor, a “coalizão produtivista” que ora se apresentava entra em crise a partir de 2012. Em primeiro lugar, argumenta Singer, algumas características estruturais da burguesia industrial brasileira fragilizam a coalização produtivista. Isso seria explicado pela mistura entre o capital da indústria e aquele financeiro, lançando diversas rubricas produtivas ao controle de bancos e fundos de investimento. Ao mesmo tempo, as altas taxas de juros no Brasil estimulariam o conjunto do empresariado brasileiro, produtivo ou financeiro, a entrar em atividades puramente rentistas, valendo-se de ganhos elevados e da elevada liquidez. Ademais, a expansão dos postos de trabalhos formais, fruto do avanço da intervenção estatal, criou um estado de “pleno emprego”, que, entre outras coisas, tornava mais elevada a remuneração do trabalho para os empresários, aumentando sua insatisfação. Segundo o autor, sob o guarda-chuva do antiintervencionismo, “juntaram-se acusações de incompetência, arbítrio, autoritarismo e corrupção (...) à administração Dilma” (SINGER, 2016, p. 50). Com efeito,

É necessário considerar, também, que a piora das condições objetivas potencializou o efeito ideológico. O baixo crescimento do PIB em 2012 e certa pressão inflacionária forneceram o combustível para argumentos antidesenvolvimentistas. Se as camadas populares ficaram relativamente infensas ao bombardeio midiático em torno do baixo crescimento e do aumento de preços – uma vez que emprego e renda estavam preservados – é razoável imaginar que a classe média tradicional, e talvez os industriais, que lhe são próximos, tenham sido por ele influenciados (SINGER, 2016, p. 50).

Se o apoio das camadas populares ao Governo Dilma estava condicionado à manutenção do emprego formal, ainda que de baixa qualidade, o aumento da taxa de desemprego, anunciado em 2013, selou finalmente o divórcio litigioso do proletariado precarizado com o lulismo, observa Braga (2016, p. 46). Ao mesmo tempo, apesar disso, o alinhamento político de movimentos sociais mais ou menos identificados com o lulismo, do campo e da cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a própria ASA, garantiria o apoio necessário para a vitória de Dilma Rousseff nas urnas, em 2014.

trabalhadores e a burocracia pública. Para mais sobre o tema, cf. o provocativo artigo de Bresser-Pereira (2013).

Seguida à vitória no pleito, em 2014, obtida com promessas aos movimentos, feitas em palanque – que incluíam Reforma Agrária, democratização dos meios de comunicação, controle no uso de agrotóxicos,⁵ etc. –, ganhou protagonismo a agenda neoliberal, fundada nas políticas de controle de gastos e diminuição de investimentos públicos. O avesso daquele “ensaio desenvolvimentista” do seu primeiro mandato e das promessas de campanha aos movimentos sociais criou, já nos primeiros meses de sua reeleição, um cenário de instabilidade, dando condições para um avanço visível dos setores do capital financeiro, que aspiravam reformas antipopulares, particularmente a reforma da previdência e trabalhista. Naquela ocasião, como observa Braga (2016, p. 92), somava-se à popularidade decrescente “o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais”, e a perda de referenciais de exclusividade e distinção social no universo do consumo, levando-os às ruas, com apoio dos meios de comunicação, para pedir o impeachment de Dilma Rousseff.

O impeachment foi levado adiante por parlamentares da base aliada e da oposição, sob a liderança do deputado Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), condenado em 2017 por lavagem de dinheiro, corrupção passiva e evasão de divisas. Após um julgamento eminentemente político, foi levado à presidência o pmdbista Michel Temer, que apresentou como suposta solução para a crise o programa “Uma ponte para o futuro” (PMDB), cujo propósito é, fundamentalmente, atender integralmente as demandas do capital financeiro e do empresariado, atacando direitos trabalhistas, garantindo o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos, cortando investimentos sociais e, via desvinculação constitucional, reduzir gastos com educação e saúde.

O rompimento do pacto entre o capital produtivo e as gestões petistas, dando por encerrada a fase de coexistência entre o “ensaio desenvolvimentista” e as limitadas concessões burguesas à classe trabalhadora, características de um “reformismo fraco”, dá

⁵ Estes “pontos de exigência” integraram uma carta produzida pela ASA e assinada por Dilma Rousseff em um ato público em apoio à sua candidatura, em Petrolina-PE/Juazeiro-BA, em 21/10/2014 (informação obtida por meio de observação direta em trabalho de campo/2014). A carta endossa documento anterior, o manifesto “Pelos vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma”, publicado pela ASA em 10/10/2014, disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Pelas-vidas-e-dignidade-no-Semi%C3%A1rido-apoiamos-Dilma.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

lugar a uma hegemonia burguesa *stricto sensu*, com a direção do capital financeiro sob a gestão de uma equipe política, no executivo e legislativo, comprometida com sua agenda.

Os resultados desse rearranjo golpista não tardaram a serem sentidos pela ampla maioria da população. Para as ações de convivência com o semiárido os impactos já são significativos. Entre 2010 e 2014, a ASA foi beneficiada com um crescimento contínuo das verbas destinadas aos seus projetos de convivência com o semiárido, tendo um aumento de R\$ 95,5 milhões para R\$ 324,7 milhões. Entre 2015 e o presente momento (2017/2018), o montante de recursos destinados à construção de cisternas no semiárido só diminuiu, chegando à cifra preocupante de apenas R\$ 19,3 milhões, segundo a previsão para 2018, o que representa um corte de 94% em comparação com o valor recebido em 2014. Na prática, o valor a ser disponibilizado pode garantir a construção de apenas 5453 tecnologias hídricas, número que supera apenas os repasses iniciais para a ASA, em 2001, quando o Governo FHC disponibilizara, naquela ocasião, recursos para atender a 500 famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *lulismo*, constituindo-se a expressão da coexistência de um pacto conservador (manutenção da ordem) com um “reformismo fraco”, “pelo alto”, incorporou no Estado um conjunto de demandas populares, convertendo os movimentos sociais em agentes ativos na execução de políticas públicas.

Pelo menos duas grandes transformações, resultantes deste processo, são observáveis no *modus operandi* dos movimentos sociais, particularmente da ASA: (1) adaptação à lógica da institucionalidade estatal, pautando-se em parâmetros oficiais de eficiência e responsabilidade necessários à administração do fundo público e (2) submissão da *práxis movimentalista* às funções administrativas assumidas, delineando-se um campo permeado pela convergência complexa do *ser movimento* com o *ser Estado*. Como resultado de tais transformações, evidencia-se uma forte aderência dos movimentos à hegemonia *lulista*, notável, por exemplo, na participação ativa da ASA nas campanhas eleitorais a favor de Lula e Dilma, com vistas à continuidade e expansão do atendimento de parte das exigências “dos de baixo”.

Se, por um lado, nota-se a acomodação da “vitalidade movimentalista” no pragmatismo exigido pela tarefa de executar políticas públicas, por outro, é inegável o

alcance social deste processo. As políticas de *convivência com o semiárido*, particularmente aquelas voltadas à disseminação de reservatórios de captação de água da chuva, resultaram no atendimento de aproximadamente 3 milhões de pessoas, possibilitando-lhes o acesso à água potável, de qualidade, mediante um processo aberto à formação política em locais pouco alcançados pelos movimentos sociais tradicionais. Destaca-se, ainda, a capilaridade das ações realizadas, incorporando-se ao alcance potencial da ASA um total de 1123 municípios, integrantes do semiárido brasileiro. Soma-se a isso o fortalecimento da autonomia de populações camponesas, em tempos de estiagem, às oligarquias locais, operadoras da tradicional “indústria da seca” – a troca de água por voto.

O golpe parlamentar de 2016, resultado de um processo de redefinição no bloco de poder no Estado brasileiro, desintegrou o pacto de classes *lulista*, esvaziando os vínculos institucionais com os movimentos sociais, impondo uma agenda política antipopular, não aprovada nas urnas, e voltada para os interesses dos setores neoliberais hegemônicos pelo capital financeiro. O corte de recursos direcionados às políticas públicas de caráter social, o avanço nas tentativas de aprovação de reformas neoliberais (trabalhista e da previdência), o esvaziamento ou fechamento de ministérios e secretarias que abrigavam segmentos dos movimentos sociais (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Inclusão Social, etc.) são alguns dos indícios de que estamos diante de uma ofensiva política avessa à participação popular na definição dos rumos do fundo público.

Neste contexto, o fosso aberto entre Estado e sociedade civil, alargando os limites da crise de representatividade no Brasil contemporâneo, impõe aos movimentos sociais a difícil, mas necessária, tarefa de reconstruir os horizontes sociais de transformação política, desenhando novos referenciais de luta e recorrendo a ensinamentos recentes, fruto da contraditória imbricação na esfera institucional. Em meio às referências a serem buscadas para a construção dos novos horizontes, mostra-se necessário, mais do que nunca, retomar e fortalecer a (antiga e urgente) utopia movimentalista de *outro mundo possível*.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. Hegemonia às avessas: apresentação. In: OLIVEIRA, Francisco de Braga; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo Boitempo, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de Sociologia e Política**, 47, vol. 21, pp. 21-29, 2013.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina la construcción de nuevas democracias**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo Boitempo, 2010.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN; KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, 85, pp. 83-102, 2009.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

Submetido em: setembro de 2018.

Aceito em: novembro de 2018.